

**ATE III Transmissora
de Energia S.A.**

**Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de dezembro de 2014**

Demonstrações Financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Conteúdo

Relatório da Administração	3-5
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6-7
Balanço patrimonial	8
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Demonstração do valor adicionado	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14-52

Relatório da Administração

A Administração da ATE III Transmissora de Energia S.A. ("ATE III" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à apreciação dos Senhores Acionistas o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras acompanhadas das notas explicativas e do respectivo relatório dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

A Companhia

A ATE III Transmissora de Energia S.A. é 100% controlada pela Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

Desempenho financeiro - R\$ mil	2014	2013
Receita operacional líquida	106.751	89.128
EBITDA	101.846	77.714
Margem EBITDA	95,41%	87,19%
<u>Reconciliação do EBITDA</u>		
Lucro do exercício	77.810	32.930
Resultado financeiro	3.746	45.974
Imposto de renda e contribuição social	20.290	(1.190)
EBITDA	101.846	77.714

EBITDA - é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados, nem deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho. O EBITDA apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Companhia entende que alguns investidores e analistas financeiros usam o EBITDA como um indicador de seu desempenho operacional.

Governança Corporativa

A ATE III faz parte do Grupo Taesa, cuja "holding", Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., é uma companhia de capital aberto, listada no segmento do Nível 2 de Governança Corporativa da BOVESPA.

Política de qualidade

A ATE III, respaldada pela Alta Administração, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da organização o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionados à execução dos serviços de operação e manutenção de linhas de transmissão de energia elétrica, formalizadas pelas seguintes linhas estratégicas: (i) gestão corporativa desafiadora e ética, com foco no cliente e resultados; (ii) atendimento dos requisitos regulatórios do setor, devidamente alinhado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS; (iii) Conscientização do público interno quanto ao Sistema de Gestão da Qualidade; (iv) Cumprimento das Normas de Segurança; e (v) aperfeiçoamento da qualidade nos serviços de operação e manutenção das linhas de transmissão e subestações.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria da Companhia, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia e com a opinião dos auditores independentes da Companhia expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014.

Relacionamento com os Auditores Independentes

A Companhia contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para prestação de serviços de auditoria independente por três anos consecutivos no valor de R\$91 mil anuais, a partir do exercício de 2012, reajustado pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade, e são substanciadas nos princípios que preservam a independência do auditor.

Durante o exercício de 2014, nossos auditores independentes não prestaram serviços não relacionados à auditoria.

Balanco Social

1 - Base de Cálculo	2014 (R\$ mil)			2013 (R\$ mil)		
Receita líquida (RL)	106.751			89.128		
Resultado operacional (RO)	101.846			77.714		
Folha de pagamento bruta (FPB)	0			0		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Encargos sociais compulsórios	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Previdência privada	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Segurança e saúde no trabalho	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Creches ou auxílio-creche	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	86	0,08%	0,08%	150	0,19%	0,17%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	60	0,06%	0,06%	41	0,05%	0,05%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	0	0,00%	0,00%	41	0,05%	0,05%
Total das contribuições para a sociedade	146	0,14%	0,14%	232	0,30%	0,26%
Tributos (excluídos encargos sociais)	35.211	34,57%	32,98%	12.112	15,59%	13,59%
Total - Indicadores sociais externos	35.357	34,72%	33,12%	12.344	15,88%	13,85%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	66	0,06%	0,06%	0	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	23	0,02%	0,02%	37	0,05%	0,04%
Total dos investimentos em meio ambiente	89	0,09%	0,08%	37	0,05%	0,04%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2014			2013		
Nº de empregados(as) ao final do período	0			0		
Nº de admissões durante o período	0			0		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	0			0		
Nº de estagiários(as)	0			0		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	0			0		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	0			0		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0,00%			0,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	0			0		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%			0,00%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	0			0		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2014			2013		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	0%			0%		
Número total de acidentes de trabalho	0			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
Valor adicionado total a distribuir (em R\$ mil):	Em 2014: 114.901			Em 2013: 104.153		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	30,64% governo	53,91% acionistas	13,81% retido	11,63% governo	23,55% acionistas	8,07% retido
		1,64% terceiros		56,75% terceiros		

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
ATE III Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da ATE III Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

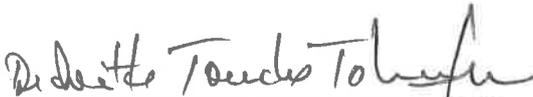
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ATE III Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

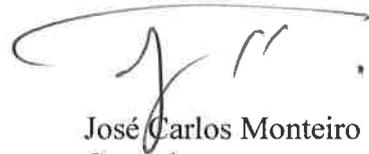
Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 2 de março de 2015


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ


José Carlos Monteiro
Contador
CRC 1SP 100.597/O-2

ATE III Transmissora de Energia S.A.

**Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota	2014	2013	Nota	2014	2013
Ativos						
<i>Ativos circulantes</i>						
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.899	48.075		981	1.482
Contas-correntes em dólar norte-americano - BID	5	-	50.881	13	-	37.038
Clientes	6	12.975	9.419	14	3.028	2.489
Ativo financeiro	6	72.789	67.371	7	1.515	1.517
Impostos e contribuições sociais	7	23.980	20.185	18	7.858	6.132
Estoque (Outros Ativos)		70	-	11	2.367	24.524
Instrumentos financeiros derivativos	20	-	394			
Outras contas a receber	11	1.372	1.554			
Total dos ativos circulantes		129.085	197.879		15.749	73.182
<i>Ativos não circulantes</i>						
Contas reserva em dólar norte-americano - BID	5	-	23.807	13	-	307.308
Clientes	6	611	628	8	22.814	5.710
Depósitos judiciais	10	1.388	1.388	9	63.040	60.189
Ativo financeiro	6	657.975	641.210	11	5.972	-
Impostos e contribuições sociais	7	2.291	12.126			
Outras contas a receber	11	-	197			
Total dos ativos não circulantes		662.265	679.356		91.826	373.207
Total dos ativos		791.350	877.235		107.575	446.389
<i>Passivos</i>						
<i>Passivos circulantes</i>						
Fornecedores						
Empréstimos e financiamentos						
Taxas regulamentares						
Impostos e contribuições sociais						
Dividendos a pagar						
Outras contas a pagar						
Total dos passivos circulantes						
<i>Passivos não circulantes</i>						
Empréstimos e financiamentos						
Impostos e contribuições diferidos						
Tributos diferidos						
Outras contas a pagar						
Total dos passivos não circulantes						
Total dos passivos						
Capital social						
Reserva de lucros						
Dividendos adicionais propostos						
Total do patrimônio líquido						
Total dos passivos e do patrimônio líquido						
		791.350	877.235	17	683.775	430.846
		791.350	877.235		791.350	877.235

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

ATE III Transmissora de Energia S.A.**Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)**

	Nota	2014	2013
Receita operacional líquida	22	<u>106.751</u>	<u>89.128</u>
Serviços de terceiros		(2.164)	(7.128)
Material		(1.743)	(1.218)
Outros custos operacionais, líquidos		721	(430)
Custos operacionais		<u>(3.186)</u>	<u>(8.776)</u>
Serviços de terceiros		(1.474)	(1.951)
Outras despesas operacionais, líquidas		(245)	(687)
Despesas operacionais		<u>(1.719)</u>	<u>(2.638)</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras, líquidas, e dos impostos		<u>101.486</u>	<u>77.714</u>
Receitas financeiras	23	(1.866)	13.137
Despesas financeiras	23	<u>(1.880)</u>	<u>(59.111)</u>
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		<u>(3.746)</u>	<u>(45.974)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>98.100</u>	<u>31.740</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(2.931)	(2.495)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	<u>(17.359)</u>	<u>3.685</u>
Impostos e contribuições		<u>(20.290)</u>	<u>1.190</u>
Lucro do exercício		<u>77.810</u>	<u>32.930</u>
Lucro por ação			
Lucro por ação ordinária - básico (em R\$)	21	<u>0,1322</u>	<u>0,0868</u>
Lucro por ação ordinária - diluído (em R\$)	21	<u>0,1322</u>	<u>0,0868</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

ATE III Transmissora de Energia S.A.

**Demonstração do resultado abrangente
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro do exercício	77.810	32.930
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>77.810</u>	<u>32.930</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

ATE III Transmissora de Energia S.A.

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota	Reservas de lucros					Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Capital social integralizado	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva estatutária	Reserva de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2012		379.500	3.401	17.442	11.544	15.912	-	427.799	
Aprovação dos dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(15.912)	-	(15.912)	
Dividendos pagos - AGE de 11/09/2013		-	-	-	(7.839)	-	-	(7.839)	
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	32.930	32.930	
Destinação do lucro do exercício:	17								
Reserva legal		-	1.647	-	-	-	(1.647)	-	
Reserva de incentivo fiscal		-	-	6.754	-	-	(6.754)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,01398 por ação ON)		-	-	-	-	-	(6.132)	(6.132)	
Dividendos adicionais propostos (R\$0,04193 por ação ON)		-	-	-	-	18.397	(18.397)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2013		379.500	5.048	24.196	3.705	18.397	-	430.846	
Aumento de capital social - AGE de 14/05/2014		192.700	-	-	-	-	-	192.700	
Integralização de capital - AGE de 14/05/2014		16.300	-	-	-	-	-	16.300	
Aprovação de dividendos adicionais propostos - AGO 28/02/2014		-	-	-	-	(18.397)	-	(18.397)	
Dividendos intercalares pagos (R\$0,01296 por ação ON)		-	-	-	-	-	(7.626)	(7.626)	
Baixa de reserva para pagamento de dividendos		-	-	-	(3.705)	3.705	-	-	
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	77.810	77.810	
Destinação do lucro do exercício:	17								
Reserva legal		-	3.891	-	-	-	(3.891)	-	
Reserva de incentivo fiscal		-	-	11.982	-	-	(11.982)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,01269 por ação ON)		-	-	-	-	-	(7.858)	(7.858)	
Dividendos adicionais propostos (R\$0,07694 por ação ON)		-	-	-	-	46.453	(46.453)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2014		588.500	8.939	36.178	-	50.158	-	683.775	

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

ATE III Transmissora de Energia S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício		77.810	32.930
Itens de resultado que não afetam o caixa:			
Instrumentos financeiros derivativos		390	232
Juros e variações monetárias líquidas sobre empréstimos e financiamentos	13	(15.100)	58.212
Variações cambiais líquidas das contas em dólar norte-americano	13	4.952	(9.282)
Remuneração do ativo financeiro	6 e 22	(92.085)	(76.674)
Imposto de renda e contribuição social	16	20.290	(1.190)
Tributos diferidos	9	1.670	1.314
Variações nos ativos e passivos:			
Redução (aumento) no saldo de clientes	6	(3.539)	277
Redução no ativo financeiro	6	70.828	67.380
Redução nos impostos e contribuições sociais ativos, líquida dos passivos	7	7.057	5.167
Redução (aumento) nas outras contas a receber	11	309	(633)
(Redução) nos fornecedores		(501)	(8.708)
Aumento nas taxas regulamentares	14	539	465
Aumento (Redução) nas outras contas a pagar	11	6.647	(1.717)
Caixa decorrente das atividades operacionais		79.267	67.773
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.950)	(2.582)
Caixa líquido decorrente das atividades operacionais		75.317	65.191
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Redução (aumento) nas contas-correntes em dólar norte-americano - BID	5	50.881	(10.054)
Redução nas contas reserva em dólar norte-americano - BID	5	18.855	6.242
Caixa líquido decorrente das atividades de investimento		69.736	(3.812)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Instrumentos financeiros derivativos	20	4	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	13	(323.357)	(30.441)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	13	(5.889)	(12.628)
Integralização de capital	17	16.300	-
Aumento de capital	17	192.700	-
Dividendos pagos	18	(54.987)	(30.000)
Caixa líquido decorrente das atividades de financiamento		(175.229)	(73.069)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		(30.176)	(11.690)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	48.075	59.765
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	17.899	48.075
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		(30.176)	(11.690)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

ATE III Transmissora de Energia S.A.**Demonstração do valor adicionado
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	<u>Nota</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas			
Operação e manutenção	22	29.694	27.851
Receita de construção	22	481	-
Remuneração do ativo financeiro	22	92.085	76.674
Parcela Variável e outras receitas operacionais	22	(692)	(2.339)
		<u>121.568</u>	<u>102.186</u>
Insumos adquiridos de terceiros (Incluem os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(5.381)	(10.297)
Despesas gerais, administrativas e outros custos		580	(873)
		<u>(4.801)</u>	<u>(11.170)</u>
Valor adicionado bruto		<u>116.767</u>	<u>91.016</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		<u>116.767</u>	<u>91.016</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras - aplicações financeiras	23	3.086	3.855
Receitas financeiras - variação cambial em dólar norte-americano	23	(4.952)	9.282
		<u>(1.866)</u>	<u>13.137</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>114.901</u>	<u>104.153</u>
Distribuição do valor adicionado			
Impostos, taxas e contribuições			
Federais (incluem taxas regulamentares da ANEEL)		35.150	12.090
Estaduais		61	21
Municipais		-	1
		<u>35.211</u>	<u>12.112</u>
Remuneração de capitais de terceiros			
Encargos de dívidas e variação monetária líquida	23	(15.100)	58.212
Outras despesas financeiras, líquidas	23	16.980	899
		<u>1.880</u>	<u>59.111</u>
Remuneração de capitais próprios			
Reserva legal	17	3.891	1.647
Reserva de incentivo fiscal	17	11.982	6.754
Dividendos mínimos obrigatórios	17	7.858	6.132
Dividendos intercalares	17	7.626	-
Dividendos adicionais propostos	17	46.453	18.397
		<u>77.810</u>	<u>32.930</u>
Valor adicionado total distribuído		<u>114.901</u>	<u>104.153</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

ATE III Transmissora de Energia S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras da Companhia, distribuídas da seguinte forma:

1	INFORMAÇÕES GERAIS	15
2	BASE DE PREPARAÇÃO	15
3	PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	18
4	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	25
5	CONTAS-CORRENTES E CONTAS RESERVA EM DÓLAR NORTE-AMERICANO	26
6	CLIENTES E ATIVO FINANCEIRO	26
7	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	30
8	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS	30
9	TRIBUTOS DIFERIDOS	31
10	DEPÓSITOS JUDICIAIS	31
11	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	31
12	PARTES RELACIONADAS	32
13	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	36
14	TAXAS REGULAMENTARES	37
15	PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS	37
16	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	38
17	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39
18	DIVIDENDOS A PAGAR	41
19	COBERTURA DE SEGUROS	41
20	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	41
21	LUCRO POR AÇÃO	48
22	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	48
23	RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	49
24	COMPROMISSOS ASSUMIDOS	49
25	OUTRAS INFORMAÇÕES	50
26	EVENTOS SUBSEQUENTES	51

ATE III Transmissora de Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A ATE III Transmissora de Energia S.A. ("ATE III" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída no exercício de 2003, domiciliada no Brasil com sede na Praça Quinze de Novembro, 20, salas 602 (parte) e 1.003 (parte), Centro, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, a construção, a operação e a manutenção de instalações de transmissão, incluindo serviços de apoio e administrativos, necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e nos regulamentos em vigor.

A ATE III detém a concessão para construção, operação e manutenção das linhas de transmissão e subestação em 500 kV e 230 kV da interligação Norte-Sul III, trecho I, bem como das demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação e apoio, nos termos do Decreto de Outorga de Concessão, de 3 de abril de 2006, e do Contrato de Concessão nº 001/2006 firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em de 27 de abril de 2006, por um prazo de 30 anos.

A construção da linha de transmissão foi iniciada em agosto de 2006 e concluída em maio de 2008.

Controladora - a Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.845/13, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 17 de janeiro de 2013, anuiu à reestruturação societária da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), mediante a incorporação da UNISA na Taesa. A referida operação de reestruturação ocorreu em 31 de janeiro de 2013, gerando a transferência do controle societário da ATE III, detido diretamente pela UNISA, para a Taesa.

2 BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 06 de fevereiro de 2015.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

ATE III Transmissora de Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas estão descritas a seguir:

a) Ativo financeiro - A Companhia mensura o ativo financeiro no início da concessão ao valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro - TRAF é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado. A TRAF é estimada por concessão e utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão.

O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da Receita Anual Permitida - RAP que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

A partir de 1º de julho de 2014, a Companhia revisou a estimativa do fluxo de caixa futuro do ativo financeiro no que diz respeito ao reconhecimento dos efeitos inflacionários. Tais efeitos passaram a ser reconhecidos mensalmente e não mais anualmente. A mudança na estimativa contábil é resultante de uma maior experiência com relação ao reajuste anual tendo como base as resoluções homologatórias da ANEEL.

O impacto da mudança nessa estimativa ocasionou uma redução no ativo financeiro de R\$13.473 em 31 de dezembro de 2014 e em mesmo montante na receita de remuneração do ativo financeiro no resultado. A referida mudança não afeta exercícios subsequentes, devido ao fato de que os efeitos inflacionários já eram reconhecidos em parcela anual.

b) Receita de operação e manutenção - As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção ("O&M") são determinadas com base nos seus valores justos e reconhecidas de forma linear durante o prazo da concessão.

ATE III Transmissora de Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

c) Avaliação de instrumentos financeiros - A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 20 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

d) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes das jurisdições em que a Companhia atua.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior.

e) Recuperação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e a recuperar - A Companhia registra ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual. Vide maiores detalhes sobre impostos diferidos na nota explicativa nº 8.

f) Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota explicativa nº 15. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. A Administração entende que essas provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

ATE III Transmissora de Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

2.5. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado entre a Companhia e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST. Tal contrato estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Dessa forma, a Companhia não tem gerência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso. Essa gerência é de inteira responsabilidade do ONS assegurando que não há obrigações contratuais diretas entre aqueles que acessam a linha de transmissão e a Companhia (vide nota explicativa nº 20).

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia reconhece um ativo financeiro decorrente de contratos de concessão quando possui um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada para os serviços de construção ou melhorias prestados. Tais ativos financeiros são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e classificados como empréstimos e recebíveis. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

ATE III Transmissora de Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, as quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros registrados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

(ii) Empréstimos e recebíveis - São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

b) Passivos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c) Capital social - Ações ordinárias - São classificadas no patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

3.2. Redução ao valor recuperável ("impairment")

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis) - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

ATE III Transmissora de Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia não identificou perdas ("*impairment*") a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados.

b) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado - A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Ativos individualmente importantes são avaliados de forma coletiva quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Companhia não identificou perdas ("*impairment*") a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados.

c) Ativos não financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a UGC).

ATE III Transmissora de Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Companhia não identificou perdas ("*impairment*") a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados.

3.3. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.4. Receita operacional

Receita operacional proveniente de Contratos de Concessão: de acordo com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente à IFRIC 12) e a orientação técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão, as concessionárias de transmissão de energia elétrica no ambiente regulatório brasileiro adotam o modelo do ativo financeiro, conforme estabelecido pelo parágrafo 93 da referida orientação.

Com base nesse modelo, a RAP é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das linhas de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão, sendo esta última reconhecida de forma linear.

As receitas de desenvolvimento da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, foram contabilizadas pelos seus valores justos com base no que ditam os pronunciamentos técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (equivalente à IAS 11) e CPC 30 (R1) - Receitas (equivalente à IAS 18) e a interpretação técnica ICPC 01 (R1), respeitando o regime de competência e adotando o método de apropriação linear da receita de operação e manutenção.

Com base no exposto anteriormente, a Companhia reconhece suas receitas quando os seus valores da receita puderem ser mensurados com segurança e seja provável que seus benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia. As principais fontes de receita da Companhia estão descritas a seguir:

- Receita financeira decorrente da remuneração do ativo financeiro da concessão a ser reconhecida até o fim do período da concessão e auferida levando em consideração a taxa de retorno de cada investimento e definida no início de cada concessão.
- Receita de operação e manutenção reconhecida de forma linear e mensurada no início de cada concessão, e com base no que dita o pronunciamento técnico CPC 30 (R1) (equivalente à IAS 18).

ATE III Transmissora de Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

- Receita de desenvolvimento da infraestrutura, incorrida na fase de construção e apenas relacionada às construções das linhas de transmissão e às expansões que gerem receita adicional (receita de reforço). A receita de desenvolvimento da infraestrutura é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra, de acordo com o que dita o pronunciamento técnico CPC 17 (R1) e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos.

3.5. Subvenção e assistência governamentais

As subvenções que visem compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática no mesmo período em que as despesas são registradas. O reconhecimento contábil dessa redução ou isenção tributária como subvenção para investimento é efetuado registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro.

Os valores registrados no resultado serão destinados à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

3.6. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de "hedge" que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, variações cambiais dos ativos e passivos em moeda estrangeira, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis) e perdas nos instrumentos de "hedge" que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método dos juros efetivos.

3.7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Impostos correntes: são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os impostos correntes diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

ATE III Transmissora de Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Impostos diferidos: são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Lei nº12.973/2014 (MP 627/2013) – Os dispositivos contidos na Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, convertida na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014 e regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 1.515 de 24 de novembro de 2014, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais, entre elas: (i) integração da legislação tributária às normas societárias; (ii) revogação do Regime Tributário de Transição – RTT; e (iii) não incidência de IRPJ sobre dividendos distribuídos durante os anos calendários de 2008 a 2013. Os dispositivos da Lei entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada a partir do ano-calendário de 2014. A sua adoção antecipada para 2014 elimina potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados ao pagamento de dividendos, correspondentes ao ano calendário de 2014.

A Administração, baseada em análises sobre os efeitos decorrentes da aplicação da referida lei, entende que não haverá elevação de carga tributária em relação à legislação vigente e risco de tributação adicional sobre os dividendos distribuídos no ano-calendário de 2014 e, com isso, decidiu pela adoção antecipada da Lei nº 12.973/14 no exercício de 2014.

Não houve impacto significativo no lucro líquido do exercício em decorrência da aplicação da referida Lei.

3.8. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, entre o exercício anterior e o respectivo exercício.

3.9. Demonstração de valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela ANEEL, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

ATE III Transmissora de Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

3.10. Demonstração dos fluxos de caixa ("DFC")

A Companhia classifica na DFC os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

3.11. Normas e interpretações novas e revisadas

3.11.1. Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2014. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- Modificações à IAS 32 (CPC 39) - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros.
- Modificações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - Entidades de Investimento.
- Modificações à IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Divulgação de Montantes Recuperáveis para Ativos Não Financeiros.
- Modificações à IAS 39 - Compensação de Derivativos e Continuação da Contabilidade de "Hedge".
- IFRIC 21 - Taxas do Governo.

3.11.2. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas

A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (d).
- IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes (c).
- Modificações à IAS19 (CPC 33) - Benefícios a Empregados (a).
- Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2010-2012 (a).
- Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2011-2013 (a).
- Modificações à IFRS 11 - Contabilizações de Aquisições de Participações em Operações Conjuntas ("Joint Operation") (b).
- Modificações à IAS 16 e IAS 41 - Ativo Imobilizado, Ativo Biológico e Produto Agrícola (b).
- Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização (b).
- Modificações à IAS 27 - Opção para Utilização do Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Separadas (b).
- Modificações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre Investidor e seu Associado ou "Joint Venture" (b).
- Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2012-2014 (b).
- Modificações à IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das Demonstrações Financeiras (b).

ATE III Transmissora de Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

- Modificações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Aplicação de exceções de consolidação de entidades de investimento (b).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (a) 1º de janeiro de 2015.
- (b) 1º de janeiro de 2016.
- (c) 1º de janeiro de 2017.
- (d) 1º de janeiro de 2018.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRS anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2014	2013
Caixa e bancos	63	6.749
Aplicações financeiras:		
- Fundo de investimento	17.836	-
- Certificados de Depósito Bancário - CDBs	-	41.326
	17.899	48.075

Caixa e equivalentes de caixa compreendem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo, que são de grande liquidez e prontamente conversíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estão sujeitas a um risco insignificante de alterações de valor.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia é participante do Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Pampulha Renda Fixa - Crédito Privado, que se constitui em um fundo exclusivo dos Grupos Taesa e CEMIG (acionistas direto e indireto da Companhia, respectivamente), concentrando 100% das suas aplicações financeiras no referido fundo. A rentabilidade média obtida pelo fundo foi de aproximadamente 104,19% da taxa referencial do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

A Administração da Taesa, um dos acionistas da Companhia, declara que a liquidez diária das aplicações da mesma no Fundo Pampulha está garantida, sem qualquer risco de perda de principal e juros auferidos até a data de emissão do presente relatório.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de aplicações financeiras refere-se a Certificados de Depósito Bancários - CDBs, com liquidez diária, remunerados a taxas que oscilam de acordo com a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e cuja rentabilidade média obtida foi de aproximadamente 100,24%.

A exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 20.

ATE III Transmissora de Energia S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

5 CONTAS-CORRENTES E CONTAS RESERVA EM DÓLAR NORTE-AMERICANO

	2014	2013
Contas-correntes em dólar - BID	-	50.881
Contas reserva em dólar - BID	-	23.807
	-	74.688

Referem-se a contas-correntes e contas reserva em dólar norte-americano mantidas no Banco Citibank em moeda estrangeira vinculadas ao empréstimo do BID.

A exposição da Companhia aos riscos de taxas de câmbio e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 20.

Em 15 de maio de 2014 ocorreu a liquidação da dívida com o BID e da NDF contratada para fixar o câmbio de liquidação da dívida, liberando os saldos de conta corrente e contas reserva em dólar norte-americano.

6 CLIENTES E ATIVO FINANCEIRO

a) Clientes

	2014	2013
Clientes	13.624	10.502
Parcela variável (*)	(38)	(455)
	13.586	10.047
Circulante	12.975	9.419
Não circulante	611	628
	13.586	10.047

(*) Refere-se à parcela variável, em aberto ou em discussão (provisão) com a ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados ocorridos na Companhia no exercício de 2014, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo ONS, será deduzida dos próximos recebimentos.

Composição dos saldos por vencimentos	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	2014	2013
Clientes	12.496	82	1.046	13.624	10.502

Dos saldos vencidos há mais de 90 dias, R\$ 611 foram classificados no ativo não circulante pois referem-se basicamente aos clientes que não concordaram com os valores cobrados pela Companhia na disponibilização de energia elétrica e iniciaram processos judiciais para contestar tais cobranças. A Companhia aguarda o julgamento dos referidos processos que até o momento não foram concluídos.

A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, pois, no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. Outras informações sobre o risco de crédito da Companhia estão detalhadas na nota explicativa nº 20.

ATE III Transmissora de Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

b) Ativo financeiro

	2014	2013
Circulante	72.789	67.371
Não circulante	657.975	641.210
	730.764	708.581

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, tendo sido apurada por meio da metodologia do "Capital Asset Pricing Model - CAPM", cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou uma receita de remuneração do ativo financeiro de R\$92.085 (R\$76.674 em 31 de dezembro de 2013), que inclui o valor de R\$13.473 decorrente da mudança de estimativa detalhada na nota explicativa nº 2.4.a.

Movimentação do ativo financeiro						
Linha de transmissão	TRAF (*)	2013	Juros, atualização monetária e outros	Adição	Recebimentos	2014
Colina do Tocantins - TO/Marabá - PA/Paraopebas - PA	5,20%	708.581	92.085	481	(70.383)	730.764
Linha de transmissão	TRAF (*)	2012	Juros, atualização monetária e outros	Adição	Recebimentos	2013
Colina do Tocantins - TO/Marabá - PA/Paraopebas - PA	5,20%	699.033	76.674	-	(67.126)	708.581

(*) Refere-se à taxa de remuneração do ativo financeiro definida na nota explicativa nº 2.4. a.

A principal adição no ano 2014 está relacionada ao reforço descrito a seguir:

Concessão LT/SE	Descrição	Ato Legislativo	Receita	Previsão de conclusão e status	REIDI (*)
ATE III SE Colinas	Desenvolvimento e implantação de servidores e IHMs SAGE, bem como desenvolvimento dos pontos de agrupamento conforme determinação do submódulo 2.7 do procedimento de rede do ONS	Resolução Autorizativa ANEEL 4.347/2013	A ser definida após a conclusão	12 meses após a publicação da resolução autorizativa da Aneel; Concluído em 27/05/2014 conforme, e-mail de aceitação do ONS.	Portaria MME 132/2014

(*) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura.

- Principais características do contrato de concessão:

RAP - a prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

ATE III Transmissora de Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente.

Parcela variável - a receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Ativo financeiro indenizável (extinção da concessão e reversão de bens vinculados ao serviço público de energia elétrica) - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, após finalizado o processo administrativo e esgotados todos os prazos e instâncias de recursos, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento.

A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação ou rescisão - a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo igual período, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

Aspectos ambientais - a transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que trata de "*reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas*", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, ao órgão competente, submetendo-se ainda às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de transmissão.

ATE III Transmissora de Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Descumprimento de penalidades - nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

- Estrutura de formação da RAP

A Companhia detentora da concessão da linha de transmissão de energia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e da Rede Básica de Fronteira, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão.

- Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Ciclo 2014-2015			Ciclo 2013-2014			Ciclo 2012-2013		
Total da RAP	PA apuração	Total	Total da RAP	PA apuração	Total	Total da RAP	PA apuração	Total
94.575	2.515	97.090	88.908	(2.503)	86.405	77.885	(3.103)	74.782

Ciclo 2014-2015 - RAP no período de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015 - Resolução Homologatória ANEEL nº 1.756, de 24 de junho de 2014.

Ciclo 2013-2014 - RAP no período de 1º de julho de 2013 a 30 de junho de 2014 - Resolução Homologatória ANEEL nº 1.559, de 27 de junho de 2013.

Ciclo 2012-2013 - RAP no período de 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2013 - Resolução Homologatória ANEEL nº 1.313, de 26 de junho de 2012.

Em que:

Total da Receita RAP = RAP - RBL - Rede Básica Licitada; RAP - RBNI - Rede Básica Novas Instalações.

PA - Apuração = parcela de ajuste do exercício para compensar o déficit ou superávit de arrecadação do exercício anterior (2012-2013/2013-2014/2014-2015).

A exposição da Companhia aos riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes é divulgada na nota explicativa nº 20.

ATE III Transmissora de Energia S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

7 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2014	2013
Ativo circulante		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL a compensar	11.272	8.863
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar	9.207	8.015
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, CSLL, PIS e COFINS - Lei nº 10.833/03	3.238	2.691
Outros	263	616
	23.980	20.185
Ativo não circulante		
PIS e COFINS a compensar	2.291	12.126

A Administração está desenvolvendo um plano para aproveitamento de seus créditos tributários, respeitando o prazo legal para aproveitamento de créditos de impostos pagos em exercícios anteriores e, caso seja constatada a impossibilidade de recuperação por meio de compensação, será pleiteada na Receita Federal do Brasil a restituição desses valores.

Os valores registrados como não circulante, referem-se aos impostos que de acordo com a capacidade de realização da Companhia não serão compensados nos próximos 12 meses. Não há nenhuma evidência de "impairment" para esse ativo.

8 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

O detalhamento dos créditos fiscais incidentes sobre os valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, é como segue:

	2014	2013
Ativo		
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias (a)	2.307	94
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais	13.856	15.148
	16.163	15.242
Passivo		
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias (b)	(38.977)	(20.952)
Efeito líquido no balanço		
Passivo - IRPJ e CSLL	(22.814)	(5.710)

(a) Referem-se principalmente às diferenças temporárias sobre provisões de rateio de antecipação - parcela de ajuste, provisão para fornecedores e provisão de parcela variável.

(b) Ajustes relacionados à aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1). Em 31 de dezembro de 2014 as apurações foram refeitas de acordo com a opção da Companhia pela adoção antecipada da lei nº 12.973/14 conforme detalhado na nota explicativa nº 3.7.

Expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos

	2015	2016	2017	Total
Diferenças temporárias	1.730	577	-	2.307
Prejuízos fiscais	5.304	5.297	3.255	13.856
	7.034	5.874	3.255	16.163

ATE III Transmissora de Energia S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

9 TRIBUTOS DIFERIDOS

	2014	2013
Passivo		
PIS e COFINS sobre diferenças temporárias (*)	63.040	60.189

(*) Ajustes basicamente relacionados à aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1).

10 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2014	2013
Cíveis	50	50
Tributários (*)	1.338	1.338
	1.388	1.388

(*) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - depósito para garantir a Execução Fiscal nº 20081093669-9, processo descrito na nota explicativa nº 15.

11 OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

	2014	2013
Ativo circulante		
Adiantamentos de fornecedores	233	157
Partes relacionadas (b)	-	671
Antecipações de P&D (c)	856	634
Outras contas a receber	283	92
	1.372	1.554
Ativo não circulante		
Rateio de antecipação (d) e parcela de ajuste (e)	-	197
Passivo circulante		
Provisão para compensações ambientais (a)	1.663	1.663
Partes relacionadas (b)	660	22.855
Outras	44	6
	2.367	24.524
Passivo não circulante		
Rateio de antecipação (d) e parcela de ajuste (e)	5.972	-

(a) Refere-se a provisão de obrigações com o IBAMA para realização de projetos de compensação ambiental. No exercício de 2014 foram desembolsados R\$74 (R\$0 no exercício de 2013).

(b) Vide nota explicativa nº 12.

(c) Referem-se às antecipações dos valores aplicados pela Companhia em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D que serão compensados com o passivo que a Companhia possui dessa natureza registrado no grupo de taxas regulamentares no montante de R\$2.472 em 31 de dezembro de 2014 (R\$1.977 em 31 de dezembro de 2013), quando da aprovação pela ANEEL e do encerramento dos respectivos projetos. Esse passivo não pode ser baixado, a nenhum título, sem a anuência prévia da ANEEL.

ATE III Transmissora de Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

- (d) Gerado pelo déficit ou superávit mensal de arrecadação dos encargos de uso do sistema de transmissão, são montantes rateados entre todos os agentes de transmissão, na proporção de suas receitas anuais (RAP), os quais são compensados através da parcela de ajuste divulgada pelo ONS a partir do ciclo seguinte. Em 31 de dezembro de 2014 foram adicionados à receita mensal da concessionária R\$6.240 (reduzidos R\$477 em 31 de dezembro de 2013).
- (e) Corresponde ao ajuste entre os valores recebidos e os permitidos no ciclo tarifário anterior, compensado em 12 parcelas mensais iguais no ciclo atual. Pode ser positivo ou negativo, conforme tenha sido o saldo de cada agente. Em 31 de dezembro de 2014 o ONS reduziu a receita mensal da concessionária no montante de R\$11 (R\$3.088 em 31 de dezembro de 2013).

12 PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos em aberto das transações entre as partes relacionadas estão descritos a seguir:

	2014	2013
Ativo circulante		
Taesá (a)	-	671
Passivo circulante		
Taesá - contas a pagar (b)	-	22.832
Taesá (ATE II) - contas a pagar (d)	48	-
Taesá (ATE II) - serviços prestados (e)	488	23
Taesá - serviços prestados back office (f)	20	-
Taesá - contas a pagar (g)	104	-
	660	22.855

	2014	2013
Resultado		
Taesá - serviços prestados (e)	465	23
Taesá - serviços prestados back office (f)	455	-
	920	23

A natureza e as condições das transações mantidas entre a Companhia e as partes relacionadas, após aquisição de participação e o controle pela Taesa, estão descritas a seguir:

(a) ATE III x Taesa - contas a receber

Objeto do contrato: não aplicável.

Natureza e razão para operação: reembolso de gastos entre empresas do grupo. Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo, em determinadas situações, uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no grupo. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

Data da transação: não aplicável.

Montante envolvido: não aplicável.

Saldo existente: R\$0 em 31 de dezembro de 2014 (R\$671 em 31 de dezembro de 2013).

ATE III Transmissora de Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Resultado: não aplicável.

Taxa de juros cobrada: não aplicável.

Vigência/duração: não aplicável.

Condições de rescisão ou extinção: não aplicável.

Garantias e seguros relacionados: não aplicável.

Outras informações relevantes: a expectativa da Companhia é que as despesas sejam reembolsadas no exercício de 2015.

(b) ATE III x Taesa - contas a pagar

Objeto do contrato: contas a pagar à Taesa por conta de esta última ter adquirido 50% do Grupo UNISA.

Natureza e razão para operação: dividendos a pagar à Abengoa referente a exercícios anteriores cujo direito de recebimento passou para a Taesa após a aquisição do controle da Companhia.

Data da transação: 30 de novembro de 2011.

Montante envolvido: R\$22.832

Saldo existente: R\$0 em 31 de dezembro de 2014 (R\$22.832 em 31 de dezembro de 2013).

Resultado: não aplicável.

Taxa de juros cobrada: não aplicável.

Vigência/duração: a expectativa da Companhia é que o pagamento seja feito até 31 de dezembro de 2014.

Condições de rescisão ou extinção: não aplicável.

Garantias e seguros relacionados: não aplicável.

Outras informações relevantes: o valor foi liquidado em 11 de julho de 2014 e 18 de dezembro de 2014.

(c) ATE III x UNISA - contas a pagar

Objeto do contrato: não aplicável.

Natureza e razão para operação: reembolso de gastos entre empresas do Grupo. Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no grupo. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

Data da transação: não aplicável.

Montante envolvido: não aplicável.

Saldo existente: R\$0 em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Resultado: não aplicável.

Taxa de juros cobrada: não aplicável.

Vigência/duração: não aplicável.

Condições de rescisão ou extinção: não aplicável.

Garantias e seguros relacionados: não aplicável.

Outras informações relevantes: o valor foi liquidado em 21 de janeiro de 2013. A UNISA foi incorporada na Taesa em 31 de janeiro de 2013.

ATE III Transmissora de Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

(d) ATE III x TAESA (ATE II) - contas a pagar

Objeto do contrato: não aplicável.

Natureza e razão para operação: reembolso de gastos entre empresas do Grupo. Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

Data da transação: não aplicável.

Montante envolvido: não aplicável.

Saldo existente: R\$48 em 31 de dezembro de 2014 e R\$0 em 31 de dezembro de 2013.

Resultado: não aplicável.

Taxa de juros cobrada: não aplicável.

Vigência/duração: não aplicável.

Condições de rescisão ou extinção: não aplicável.

Garantias e seguros relacionados: não aplicável.

Outras informações relevantes: a expectativa da Companhia é que as despesas sejam pagas no exercício de 2015.

(e) ATE III x TAESA (ATE II)- serviço de operação

Objeto do contrato: contrato de prestação de serviços de operação.

Natureza e razão para operação: prestação de serviços de operação.

Data da transação: 1º de março de 2015.

Montante envolvido: R\$32 (valor mensal contratual).

Saldo existente: R\$488 em 31 de dezembro de 2014 (R\$23 em 31 de dezembro de 2013).

Resultado: R\$465 em 31 de dezembro de 2014 (R\$23 em 31 de dezembro de 2013).

Taxa de juros cobrada: não aplicável.

Atualização monetária: atualização anual pelo IGP-M.

Vigência/duração: a partir da data da assinatura, retroagindo seus efeitos a data de 16 de setembro de 2013, até 15 de setembro de 2017, sendo considerado prorrogado por prazo indeterminado caso não haja manifestação contrária por qualquer uma das partes ou até a incorporação da contratante pela contratada. Em qualquer caso, este contrato será extinto automaticamente quando se extinguir o contrato de concessão por qualquer circunstância.

Condições de rescisão ou extinção: o contrato poderá ser rescindido a critério da contratante, mediante notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial e sem que assista à contratada direito a qualquer ressarcimento ou indenização, nos casos de inadimplemento comprovado de qualquer cláusula contratual pela contratada, especialmente a inobservância das especificações técnicas recomendadas e das normas e regulamentos sobre proteção individual, segurança e medicina do trabalho; recuperação extrajudicial, recuperação judicial, falência, liquidação judicial ou extrajudicial da contratada, requeridas ou decretadas; incapacidade técnica ou financeira da contratada, desde que devidamente comprovada; cessão ou transferência, total ou parcial do contrato ou dos créditos dele decorrentes ou subcontratação dos serviços, sem prévia autorização ou concordância por escrito da contratante; suspensão da execução dos serviços, por determinação de autoridade competente; não atendimento as exigências e

ATE III Transmissora de Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

recomendações da fiscalização no prazo máximo de 15 dias corridos, salvo se a contratante optar pela aplicação de multa contratual prevista; não pagamento pela contratada, no prazo legal, da remuneração de seus empregados ou contratados ou de quantias devidas a subcontratadas ou fornecedores, bem como não recolhimento de quaisquer tributos relacionados com os serviços; atraso na execução dos serviços, por culpa da contratada sem justificativa aceita pela contratante; negligência, imprudência, imperícia ou má-fé da contratada, desde que devidamente comprovadas.

Garantias e seguros relacionados: a contratada se obriga a providenciar e manter em rigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por lei, com vigência durante toda execução do contrato.

Outras informações relevantes: a TAESA passou a operar e manter os ativos da Companhia em 16 de setembro de 2013, ocasião em que terminou o contrato com a Omega Operação e Manutenção de Linhas de Transmissão. Os valores aqui apresentados, representam os serviços efetivamente prestados. Pela execução dos serviços objeto deste contrato referente ao período compreendido entre 16 de setembro de 2013 e 28 de fevereiro de 2015, a contratante pagará a contratada em até trinta dias a contar da data de assinatura do contrato, o valor de R\$536.

(f) ATE III x TAESA - contrato de serviços de "back-office"

Objeto do contrato: contrato de prestação de serviços de "back-office" para atividades administrativas.

Natureza e razão para a operação: prestação de serviços administrativos.

Data da transação: 05 de maio de 2014.

Montante envolvido: R\$19 (valor mensal contratual – sem atualização).

Saldo existente: R\$20 em 31 de dezembro de 2014.

Resultado: R\$455 em 31 de dezembro de 2014.

Taxa de juros cobrada: não houve.

Atualização monetária: atualização anual pelo IGP-M.

Vigência/duração: quatro anos a partir da data de assinatura (05 de maio de 2014).

Condições de rescisão ou extinção: o contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: Os efeitos do contrato retroagem a 31 de janeiro de 2013, data da incorporação da empresa União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - Unisa.

(g) ATE III x TAESA (TAESA Serviços) - contas a pagar

Objeto do contrato: não aplicável.

Natureza e razão para operação: reembolso de gastos entre empresas do Grupo. Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

ATE III Transmissora de Energia S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Data da transação: não aplicável.

Montante envolvido: não aplicável.

Saldo existente: R\$104 em 31 de dezembro de 2014 e R\$0 em 31 de dezembro de 2013.

Resultado: não aplicável.

Taxa de juros cobrada: não aplicável.

Vigência/duração: não aplicável.

Condições de rescisão ou extinção: não aplicável.

Garantias e seguros relacionados: não aplicável.

Outras informações relevantes: a expectativa da Companhia é que as despesas sejam pagas no exercício de 2015.

13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Financiadores	Captação					Encargos financeiros anuais
	Data de assinatura/emissão	Tipo	Valor contratado	Valor liberado	Vencimento final	
BID	04/04/2008	Empréstimo A	72.000	72.000	15/05/2023	Taxa fixa de 4,23%+ 1,975% a.a.
BID	04/04/2008	Empréstimo A2	23.462	23.462	15/05/2023	Libor + "spread" de 1,975% a.a.
BID	04/04/2008	Empréstimo B	110.000	110.000	15/05/2020	Libor + "spread" de 1,6% a.a.
			205.462	205.462		

Liquidação de empréstimo com o BID – a Assembleia Geral Extraordinária – AGE da Companhia, de 5 de maio de 2014, aprovou o pagamento antecipado da dívida com o BID e a celebração de contrato de "hedge" na modalidade "Non-Deliverable Forward – NDF". A Reunião do Conselho de Administração da Taesa de 8 de maio de 2014 aprovou o aporte de capital por ela na sua subsidiária integral ATE III, a fim de lhe conferir os recursos necessários à liquidação antecipada da dívida com o BID. Em 15 de maio de 2014 ocorreu a liquidação da dívida com o BID e da NDF contratada para fixar o câmbio de liquidação da dívida, nos montantes de R\$329.245 (US\$148.973) e R\$2.899, respectivamente, conforme taxa de câmbio na data da liquidação. A ATE III também desembolsou um montante de R\$13.135 (US\$5.943) para desfazer o contrato de "swap" de taxa de juros Libor atrelado a esse contrato, conforme taxa de câmbio na data da liquidação.

Moeda estrangeira	Passivo circulante			Passivo não circulante		TOTAL	
	Encargos da dívida	Principal	Total	Principal	Total	2014	2013
BID	-	-	-	-	-	-	344.346

Financiadores	Movimentação de empréstimos e financiamentos				
	Saldo em 31/12/2013	Juros e variação monetária incorridos/custo	Juros Pagos	Amortização de principal	Saldo em 31/12/2014
BID - moeda estrangeira - US\$	344.346	(15.100)	(5.889)	(323.357)	-

A exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros e liquidez e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 20.

ATE III Transmissora de Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

14 TAXAS REGULAMENTARES

	2014	2013
Pesquisa e desenvolvimento (FNDCT, MME e projetos de P&D) (a)	2.564	2.061
RGR (b)	208	199
Taxa de fiscalização - TFSEE (c)	256	229
	3.028	2.489

(a) No exercício de 2014, a Companhia realizou pagamentos de R\$190 referentes a projetos de P&D (R\$634 no exercício de 2013).

(b) O valor referente ao período de julho de 2014 a junho de 2015, foi estabelecido pelo Despacho ANEEL nº 3.788, de 19 de setembro de 2014.

(c) O valor referente ao período de julho de 2014 a junho de 2015 foi estabelecido pelo Despacho ANEEL nº 1.906, de 23 de junho de 2014.

15 PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos trabalhistas, fiscais e cíveis.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, e consoante as práticas contábeis adotadas no Brasil, não constituiu nenhuma provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis.

Em 31 de dezembro de 2014, o montante de causas possíveis era de R\$16.685, sendo R\$16.685 em contingências fiscais (R\$16.200 em 31 de dezembro de 2013, sendo R\$75 em contingências cíveis e R\$16.125 em contingências fiscais), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Passivos contingentes

	2013	Adições	Baixas	2014
Fiscais	16.125	560	-	16.685
Cíveis	75	-	75	-
	16.200	560	75	16.685

As principais causas classificadas com expectativa de perda considerada possível para a Companhia estão relacionadas a riscos fiscais, como segue:

- Execução Fiscal nº 0065142-42.2009.814.0301 – Trata-se de executivo fiscal ajuizado para cobrança dos valores oriundos de suposto não recolhimento de ICMS diferencial de alíquotas no período de junho a outubro de 2007 no montante histórico de R\$3.845. Atualmente, o feito encontra-se em trâmite perante a 6ª Vara de Fazenda Pública de Belém.

ATE III Transmissora de Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

- Processo Administrativo Federal nº 18470722555201287 - Trata-se de auto de infração, no valor histórico de R\$11.502, lavrado, pela Receita Federal, sob a alegação de que a empresa não teria comprovado a efetividade dos serviços prestados pelas empresas Telvent Operadora de Sistemas Elétricos e Cotesa Engenharia Ltda., razão pela qual não poderia deduzir de sua base de Imposto de Renda e de CSLL, referentes ao ano-calendário de 2008, as despesas decorrentes das atividades de operação e manutenção das linhas de transmissão de energia elétrica.
- Execução Fiscal nº 20081093669-9, na qual se cobra a diferença do ICMS recolhido pela ATE III quando da remessa interestadual de máquinas, equipamentos, peças e demais insumos para a linha de transmissão no Estado do Pará. Foi concedido um benefício fiscal à empresa pelo Estado do Pará, no qual estava reduzida em 50% a base de cálculo do ICMS relativa ao diferencial de alíquota nas aquisições dos bens indicados anteriormente. Foram opostos embargos à Execução Fiscal (ação própria para defesa contra uma cobrança executiva fiscal), sobre os quais ainda não foi obtida sentença. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é de R\$1.338. Esse valor foi depositado em juízo, conforme nota explicativa nº 10.

O principal processo com expectativa de perda considerada remota para o Companhia está descrito à seguir:

- ICMS sobre prestação de serviços - a Lei Complementar nº 87/96 prevê a aplicação do ICMS sobre o valor da receita oriunda do transporte de mercadorias e serviços, sendo uma parcela relativa ao Estado de origem e outra relativa ao Estado de destino. A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos externos entendem que a receita proveniente do uso da rede de transmissão de energia elétrica não se refere ao transporte de energia elétrica, mas sim à disponibilização da linha para tal fim. O volume de energia transmitido é determinado pelo ONS e varia ao tempo, podendo ser nulo em alguns períodos, sem afetar as receitas, e pode ter origem e destino trocados segundo as exigências da rede de transmissão. Por essa razão, a Administração, amparada em pareceres obtidos de seus assessores jurídicos externos, entende que o risco de uma eventual cobrança de tal imposto é remota e nenhuma provisão para ICMS a recolher foi contabilizada. Adicionalmente, a Administração entende que, em caso de incidência de ICMS, a RAP seria objeto de revisão e recomposição tarifária perante a ANEEL.

16 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2014	2013
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.931)	(2.495)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(17.359)	3.685
	(20.290)	1.190

As declarações de imposto de renda e contribuição social estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por cinco anos a partir de sua data-base. Os impostos e as demais contribuições estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando o prazo de prescrição, em cada caso.

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos, e o respectivo valor contábil.

ATE III Transmissora de Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada conforme a tabela a seguir:

	2014	2013
Lucro das operações continuadas antes dos impostos	98.100	31.740
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota de 34%	(33.354)	(10.792)
Incentivo fiscal IRPJ - SUDAM	12.397	6.754
Incentivo fiscal IRPJ - Outros (Rouanet, Audiovisual e outros)	146	-
Outros	521	5.228
Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado (relacionada a operações continuadas)	(20.290)	1.190

A alíquota utilizada nas conciliações de 31 de dezembro de 2014 e de 2013 apresentadas anteriormente é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

Incentivo Fiscal IRPJ - SUDAM

Em 30 de junho de 2009, o Ministério de Integração Nacional, através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, emitiu o Laudo Constitutivo nº 60/2009, que outorga à concessionária um benefício fiscal relativo à redução de 75% do imposto de renda devido. Tal benefício é calculado mensalmente com base no lucro de exploração incidente sobre a totalidade da atividade da concessionária, localizada nos Estados do Pará e Tocantins.

Os incentivos têm validade até o ano 2018 e impõem algumas obrigações e restrições:

- O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas.
- O valor deve ser contabilizado como reserva de lucro e capitalizado até o término da vigência do incentivo fiscal e/ou utilizado para compensação de prejuízos.
- O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A Companhia não incorreu em descumprimento das obrigações das condições relativas às subvenções.

17 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social – em 14 de maio de 2014, a Taesa, controladora da Companhia, efetuou uma integralização de capital e um aumento de capital, nos valores de R\$16.300 e R\$192.700 respectivamente, elevando o capital social da Companhia para R\$588.500. Em 31 de dezembro de 2014, o capital da Companhia era de R\$588.500, representado por 588.500.000 ações ordinárias nominativas, com valor de R\$1 (um real) cada uma. Em 31 de dezembro de 2013, o capital da Companhia era de R\$379.500, sendo R\$395.800 subscritos e R\$16.300 a integralizar, representado por 379.500.000 ações ordinárias nominativas, com valor de R\$1 (um real) cada uma.

ATE III Transmissora de Energia S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Composição acionária	Quantidade de ações ordinárias integralizadas	Capital integralizado (%)
Em 31 de dezembro de 2014		
Taesa	588.500.000	100,00
Em 31 de dezembro de 2013		
Taesa	379.500.000	100,00

Os titulares de ações ordinárias têm direito a um voto por ação na Assembleia Geral. Foi assinado um Acordo de Acionistas que confere o controle compartilhado da Companhia entre eles.

Reserva de lucros

- a) Reserva legal - constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
- b) Reserva estatutária - a reserva estatutária foi criada com a finalidade de cumprir o índice de cobertura da dívida com o BID e deve, conforme o estatuto social, abranger a parcela do lucro do exercício não distribuída após constituição da reserva legal, provisão para dividendos obrigatórios ou qualquer outro percentual aprovado pela Assembleia Geral, devendo ser limitada a 40% do capital social da Companhia. A Administração da Companhia entende que os dividendos adicionais propostos também devem ser deduzidos da parcela do lucro para a constituição da reserva estatutária, considerando que esses dividendos também serão aprovados pela Assembleia Geral. Em 15 de maio de 2014 o empréstimo com o BID foi liquidado, eximindo a Companhia da manutenção desta reserva, que em 31 de dezembro de 2014 foi baixada e destinada ao pagamento de dividendos adicionais propostos no valor de R\$3.705.
- c) Reserva de incentivo fiscal - a Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica no Pará. Esses incentivos foram concedidos pela SUDAM e consistem na redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados até o ano-base 2018. Vide nota explicativa nº 16.

Proposta de destinação do lucro do exercício	2014	2013
Lucro do exercício	77.810	32.930
Reserva legal - 5%	(3.891)	(1.647)
Reserva de incentivo fiscal	(11.982)	(6.754)
Lucro do exercício ajustado	61.937	24.529
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$0,02565 por ação ordinária em 2014 e R\$0,01616 em 2013)	(15.484)	(6.132)
Dividendos intercalares pagos (R\$0,01296 por ação ordinária em 2014) atribuídos aos dividendos mínimos obrigatórios	(7.626)	-
Dividendos mínimos obrigatórios provisionados	(7.858)	(6.132)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,07694 por ação ordinária em 2014 e R\$0,4848 em 2013)	(46.453)	(18.397)

Em 28 de fevereiro de 2014, a Assembleia Geral Ordinária ratificou a destinação do lucro do exercício de 2013.

ATE III Transmissora de Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

18 DIVIDENDOS A PAGAR

	2014	2013
Taesa	7.858	6.132

Nos termos do estatuto social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculados nos termos da lei societária.

A Companhia provisionou no passivo circulante o valor de R\$7.858 referente a dividendos obrigatórios do exercício de 2014.

A Companhia pagou, a título de dividendos, o valor de R\$54.987, sendo R\$22.832 oriundos da compra da Unisa pela Taesa, R\$24.529 referentes à dividendos do exercício de 2013 e R\$7.626 referentes a dividendos intercalares de 2014 aprovado conforme AGE ocorrida em 04 de dezembro de 2014.

19 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui cobertura de seguros contra incêndio, riscos diversos para os investimentos realizados durante o período de construção da linha de transmissão, assim como cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores - "Director and Officer - D&O" e de frota.

	Companhia	Vigência	LMI (a)	DM - Valor em risco	Indenização integral (b)	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - RCG	FAIRFAX Seguros do Brasil	19/09/14 a 19/09/15	10.000	-	-	14
Risco Operacional - RO	FAIRFAX Seguros do Brasil	19/10/14 a 19/10/15	-	180.585	-	349
Seguro Veículos - FROTA	ITAÚ Seguros	19/09/14 a 19/09/15	-	-	105% Tabela FIPE	2

(a) LMI - Limite máximo de indenização.

(b) Danos materiais a terceiros - R\$600, danos corporais a terceiros - R\$600, acidentes pessoais - R\$5 e danos morais - R\$60.

20 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

20.1 Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros e outros riscos operacionais), de crédito e de liquidez.

ATE III Transmissora de Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, por meio do gerenciamento de suas atividades. O cumprimento das políticas e dos limites de exposição é revisado pela Administração em base contínua. A Companhia não contrata nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

20.2 Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos detalhados na nota explicativa nº 14, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e contas-correntes e contas reservas em dólar norte-americano nas notas explicativas nº 4 e nº 5, respectivamente) e patrimônio líquido (nota explicativa nº 17).

20.3 Categorias de instrumentos financeiros relevantes

	2014	2013
Ativos financeiros		
<i>Mensurados a valor justo por meio de resultado</i>		
Caixa e equivalentes de caixa	17.899	48.075
Instrumentos financeiros derivativos	-	394
<i>Empréstimos e recebíveis</i>		
Contas-correntes e contas reserva em dólar norte-americano	-	74.688
Clientes	13.586	10.047
Ativo financeiro	730.764	708.581
	762.249	841.785
Passivos financeiros		
<i>Outros passivos financeiros</i>		
Empréstimos e financiamentos	-	344.346
	-	344.346

20.4 Risco de mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros (vide nota explicativa nº 20.6). A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para algumas transações com o objetivo de administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio (vide nota explicativa nº 20.5).

A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. Para minimizar esse risco a Companhia monitora permanentemente as oscilações dos índices de inflação.

A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida. Para minimizar esse risco a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa.

ATE III Transmissora de Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

20.5 Gestão do risco de taxa de câmbio

Conforme detalhado na nota explicativa nº 13, em 14 de maio de 2014, a Companhia efetuou a liquidação antecipada de seu contrato de financiamento com o BID e do respectivo "swap" de taxa de juros; sendo assim, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não está sujeita ao risco de moeda nos ativos e empréstimos, indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o real (R\$).

20.6 Gestão do risco de taxa de juros

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um mix apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros pós-fixadas de ativos e passivos financeiros está detalhada no item "Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros e derivativos" desta nota explicativa.

20.7 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contrata em determinadas situações instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio e taxa de juros ("swap" de taxa de juros Libor). A Companhia não possui opções "swaptions", "swaps" com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos".

Todas as operações vigentes de instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos são resumidos as seguir:

	Swap de taxa de juros BID	NDF (Cambial)
Valor de referência (nocional) em 31/12/2014	-	-
Valor de referência (nocional) em 31/12/2013	138.251	-
"Swap" ativo (passivo) em 31/12/2014	-	-
"Swap" ativo (passivo) em 31/12/2013	394	-
Valor a receber (a pagar) em 31/12/2014	-	-
Valor a receber (a pagar) em 31/12/2013	394	-
Valor justo em 31/12/2014	-	-
Valor justo em 31/12/2013	394	-
Ganhos (perdas) em 31/12/2014	-	(2.899)
Ganhos (perdas) em 31/12/2013	162	-

Conforme detalhado na nota explicativa nº 13, em 14 de maio de 2014, a Companhia efetuou a liquidação antecipada de seu contrato de financiamento com o BID e do respectivo "swap" de taxa de juros anteriormente descrito. Para desfazer esse "swap" de taxa de juros com o BID, a ATE III incorreu em um custo adicional de R\$13.135.

ATE III Transmissora de Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

20.8 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros e derivativos

A Companhia efetuou testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis.

As análises de sensibilidade apresentadas a seguir foram elaboradas com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Taxa anual acumulada até 31/12/2014	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
CDI (*)	10,77%	13,00%	9,75%	6,50%

(*) Conforme dados divulgados pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 30 de janeiro de 2015.

As análises de sensibilidade efetuadas em 31 de dezembro de 2014 estão apresentadas a seguir:

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos Risco: queda da taxa	Saldo em 31/12/2014	Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido - janeiro a dezembro de 2014 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
Ativos financeiros				
<i>Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários</i>				
- CDI	17.836	398	(181)	(761)

20.9 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros derivativos é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras de primeira linha, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo financeiro de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB.

ATE III Transmissora de Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (a) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (b) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (c) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

20.10 Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Os principais riscos operacionais que a Companhia está exposta são:

Riscos regulatórios - extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS, Ministério do Meio Ambiente e Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Risco de seguros - contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, está sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

ATE III Transmissora de Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - a infraestrutura das concessões é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

Risco de contencioso - a Companhia está envolvida em diversos processos judiciais e administrativos, dos quais até hoje não é possível conhecer seu êxito final. A Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras o valor total considerado adequado para suprir tais contingências.

O objetivo da Companhia é o de administrar os riscos operacionais mencionados anteriormente para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração em cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- ✓ Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações.
- ✓ Exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações.
- ✓ Cumprimento com exigências regulatórias e legais.
- ✓ Documentação de controles e procedimentos.
- ✓ Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados.
- ✓ Exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas.
- ✓ Desenvolvimento de planos de contingência.
- ✓ Treinamento e desenvolvimento profissional.
- ✓ Padrões éticos e comerciais.
- ✓ Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

ATE III Transmissora de Energia S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

20.11 Valor justo dos instrumentos financeiros e derivativos

	Nota	2014		2013	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.899	17.899	48.075	48.075
Contas-correntes e contas reserva em dólar norte-americano	5	-	-	74.688	74.688
Clientes	6	13.586	13.586	10.047	10.047
Ativo financeiro	6	730.764	730.764	708.581	708.581
Instrumentos financeiros derivativos	20	-	-	394	394
		762.249	762.249	841.785	841.785
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	344.346	344.346
Fornecedores		981	981	1.482	1.482
		981	981	345.828	345.828

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio de resultado foram classificados no Nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

Técnica(s) de avaliação e informações usadas

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e os valores justos, foi considerado o que segue:

Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.

Contas-correntes e contas reserva em dólar norte-americano: contas-correntes em moeda estrangeira - dólar norte-americano, convertidas na data da apresentação das demonstrações financeiras.

Clientes: a Administração considera que os saldos contábeis de clientes, classificados como "empréstimos e recebíveis" e mensurados pelo custo amortizado, aproximam-se dos seus valores justos, principalmente por terem prazo de recebimento médio de 45 dias, prazo previsto pelo ONS.

Ativo financeiro: o ativo financeiro no início da concessão é mensurado ao valor justo e, posteriormente, mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa de desconto é calculada com base no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado.

ATE III Transmissora de Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, através do recálculo da taxa de remuneração. Dessa forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Companhia foi determinado de acordo com o modelo de precificação com base em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa de desconto atualizada.

A taxa de desconto atualizada considera a alteração de variáveis de mercado e mantém as demais premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido estes atualizados com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2014.

Instrumentos financeiros derivativos: os "swaps" de taxas de juros e os contratos de opção de compra de dólar norte-americano são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados com base nas curvas de rendimento aplicáveis, com base na cotação das taxas de juros. Os valores justos desses derivativos são obtidos com as instituições financeiras em que esses instrumentos foram contratados.

Fornecedores: o valor justo para os fornecedores é idêntico ao saldo contábil, uma vez que tem prazo de pagamento médio de 60 dias.

Empréstimos e financiamentos: a Companhia considera que o valor justo para o financiamento com o BID é igual ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

21 LUCRO POR AÇÃO

	2014	2013
Lucro do exercício	77.810	32.930
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	511.771	379.500
Lucro por ação ordinária - básico	0,1520	0,0868
Lucro por ação ordinária - diluído	0,1520	0,0868

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

22 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição da receita operacional líquida da Companhia está apresentada a seguir:

	2014	2013
Operação e manutenção	29.694	27.851
Receita de construção	481	-
Remuneração do ativo financeiro	92.085	76.674
Parcela variável e outras	(692)	(2.339)
Receita operacional bruta	121.568	102.186
PIS e COFINS	(11.506)	(9.754)
Cota para RGR e P&D (*)	(3.311)	(3.304)
Deduções da receita	(14.817)	(13.058)
Receita operacional líquida	106.751	89.128

(*) Refere-se aos encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, relativos a projetos com P&D e constituição de RGR.

ATE III Transmissora de Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis	2014	2013
Receita operacional bruta	121.568	102.186
(+/-) Efeitos de ajustes societários (*)	(59.854)	(9.547)
Receita operacional bruta tributável	61.714	92.639

(*) Ajustes decorrentes da aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1).

23 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2014	2013
Renda de aplicação financeira	3.086	3.855
Variações cambiais líquidas - depósitos vinculados	(4.952)	9.282
Receitas financeiras	(1.866)	13.137
Encargos de dívidas - empréstimos	(4.284)	(12.672)
Variações cambiais líquidas - empréstimos	19.384	(45.540)
Instrumentos financeiros derivativos (*)	(390)	-
Outras despesas financeiras, líquidas de receitas	(16.590)	(899)
Despesas financeiras	(1.880)	(59.111)
	(3.746)	(45.974)

(*) Refere-se ao custo para desfazer o contrato de "swap" de taxa de juros referente ao empréstimo com o BID, bem como a liquidação da NDF contratada para fixar o câmbio de liquidação dessa dívida, nos montantes de R\$13.135 e R\$2.899 (vide nota explicativa nº 13).

24 COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Operação e manutenção da linha - a Taesa passou a operar e manter os ativos da Companhia em 16 de setembro de 2013, ocasião em que terminou o contrato com a Omega Operação e Manutenção de Linhas de Transmissão.

Aspectos ambientais - a Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

A Companhia, em consonância com as determinações legais vigentes, busca o atendimento na íntegra, de todos os comandos necessários à perfeita execução do objeto de sua concessão, por meio da obtenção de todas as licenças ambientais relevantes para a condução das atividades de instalação, operação e manutenção de linhas de transmissão e subestações.

A Companhia adota práticas modernas de gestão empresarial nos moldes das maiores companhias internacionais (não auditado). O conceito de sustentabilidade empresarial, baseado na gestão dos aspectos econômico, social e ambiental, vem sendo adotado e por consequência, ensejou o desenvolvimento de um Sistema de Gestão Ambiental - SGA.

ATE III Transmissora de Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

O SGA foi construído com base em uma política ambiental única para todas as concessões da Companhia, sendo calcado nas normas ABNT - ISO 14001:2004 e ABNT - ISO 14031:2004. O SGA é um processo ininterrupto, participativo e transversal, que atinge diversas áreas da Companhia. A Política Ambiental da Companhia, documento central do SGA, representa os compromissos socioambientais adotados. Entre eles, destacam-se: (a) o cumprimento de requisitos legais; (b) a minimização dos riscos ambientais; (c) a prevenção da poluição; (d) a preservação dos recursos naturais; (e) o desenvolvimento sustentável; (f) o atendimento das necessidades e expectativas de suas partes interessadas; e (g) a transmissão desses mesmos valores aos seus parceiros e fornecedores.

Além da Política Ambiental, são partes integrantes do SGA o Manual de Gestão e o Manual de Programas Ambientais e Sociais. Nesses documentos estão descritos os objetivos e as metas a serem cumpridos, os planos de ação, os critérios, os indicadores de desempenho, os processos de gestão, a avaliação, o monitoramento e a revisão.

A seguir quadro detalhado das licenças ambientais expedidas à Companhia:

Trecho	Licença de Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Renovação
Itacaiúnas-Colinas	753/2008	17/06/2008	17/06/2012	Renovação solicitada ao IBAMA em 30/03/2012. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97).
Marabá-Carajás	5.123/2010	26/10/2010	25/10/2014	Renovação solicitada à SEMA/PA em maio de 2014. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97).

Compensação ambiental - os contratos de execução de projetos de Compensação Ambiental, de acordo com a determinação e aprovação do Órgão Ambiental, encontram-se em andamento, com base nos cronogramas estabelecidos nos respectivos instrumentos, quando aplicável.

A Companhia cumpriu toda a compensação ambiental em relação ao trecho Marabá-Carajás, restando apenas o recebimento da quitação formal por parte da Secretaria de Meio Ambiente do Pará - SEMA-PA.

O valor provisionado de R\$1.663 será utilizado para o trecho Itacaiúnas-Colinas, cujo termo de compromisso já foi assinado pela Companhia e submetido ao Órgão Ambiental. O órgão gestor da compensação ambiental (IBAMA) determinará qual a forma de investimento destes recursos.

25 OUTRAS INFORMAÇÕES

Demonstrações financeiras societárias e regulatórias - As demonstrações financeiras societárias estão disponíveis no "site" dos acionistas da Companhia e as demonstrações financeiras regulatórias serão disponibilizadas no mesmo "site" a partir de 30 de abril de 2015. (<http://ri.taesa.com.br>).

ATE III Transmissora de Energia S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

26 EVENTOS SUBSEQUENTES

O Contrato de serviços de operação entre a ATE III e sua controladora Taesa descrito na nota explicativa nº 12, letra "e", foi assinado em 1 de março de 2015.

* * * *

ATE III Transmissora de Energia S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

DIRETORIA	
NOME	CARGO
José Aloise Ragone Filho	Diretor Administrativo-Financeiro
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico

Wagner Rocha Dias
Contador CRC RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49